

4 em cada 10 deputados criticam o governo

Somente 32% julga administração de Lula como positiva

Por Ana Paula Marques

A pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira (22) revelou que a percepção dos deputados federais sobre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) piorou em vários aspectos. O recorte feito entre os parlamentares da Câmara dos Deputados demonstra que a avaliação negativa do Executivo subiu nove pontos, indo de 33% para 42% entre agosto de 2023 e maio de 2024.

A pesquisa apontou que 42% dos deputados avaliam negativamente o Planalto. No mesmo sentido, o índice dos parlamentares que achavam a administração positiva caiu de 35% para 32%. Os que acham regular foram de 30% para 26%. O levantamento ouviu 183 deputados federais—35% do número total, 513—entre os dias 29 de abril e 20 de maio sendo encorajada pela Genial Investimento. A margem de erro estimada é de 4,8 pontos percentuais para mais ou para menos.

Menos atenção

Para 64% dos entrevistados, o governo dá menos atenção do que deveria aos parlamentares, ante 27% que consideram que dá a devida atenção. Nas últimas eleições, os brasileiros elegeram deputados federais e senadores expressivamente conservadores. Ante aos governos anteriores do presidente Lula, o Congresso Nacional tem maior número de opositores a suas pautas que parlamentares da base governista.

Para a cientista política e especialista em Poder Legislativo Gabriela Santana, a mudança do Congresso pode ser um dos fatores para a queda da popularidade do presidente. "Nos mandatos anteriores, Lula tinha nas mãos outra situação política no Brasil. Hoje vemos um parlamento muito mais forte, até mesmo a forma como a mídia trata os presidentes das Casas—Senado



Eleição de Lira tornou relação com governo mais difícil

Federal e Câmara—é diferente. Nos primeiros mandatos de Lula quase ninguém sabia quem eram os chefes do Congresso. Isso mostra que aumentou o poder dos presidentes das Casas e isso se reflete, por meio da mídia, na população", explica.

Para a especialista, é preciso, da parte do governo, uma articulação mais desenvolvida. "Neste momento o governo não tem a habilidade necessária na articulação e tem aprovado, mas com muita dificuldade, as suas pautas. É preciso um ator político forte a frente da relação".

Articuladores

Desde o início do governo de Lula, os principais responsáveis pela articulação política com o Congresso são o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. A escolha dos nomes para compor a equipe de articulação do governo pode ter sido equivocada, já que eles nunca tiveram uma relação boa com os parlamentares.

É o que explica o analista político Érico Oyama. "É visível um mal-estar, tanto que as maiores vitórias do governo, sobretudo na pauta econômica, tiveram como

articulador principal o ministro da Fazenda, Fernando Haddad".

O próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a chamar o ministro Padilha de "incompetente" e de desafeto. Lira tem dado "trabalho" para o Executivo, isso porque desde o início de 2024 tem dado declarações manifestando sua indignação com a forma como o governo trata seus acordos. Na abertura do Legislativo em fevereiro, por exemplo, Lira alfinetou o governo sinalizando dificuldades nas articulações.

"É por nos mantermos fiéis à boa política e ao cumprimento de todos os ajustes que firmamos, que exigimos, como natural contrapartida, o respeito às decisões e o fiel cumprimento aos acordos firmados com o Parlamento. Para esses, que não acompanharam nosso ritmo de entregas e realizações, deixe, humildemente, um importante recado: não subestimem esta Mesa Diretora! Não subestimem os membros desta Legislatura", disse Lira.

Érico Oyama chama a atenção para o recorte das pautas econômicas. "Existe um consenso entre o governo e a maioria do Congresso nos temas de natureza econômica. Nesse ponto, o

governo deve continuar com vitórias, especialmente na reforma tributária, que é de interesse também de Lira. É bom lembrarmos que o Lira também está no seu último ano enquanto presidente da câmara, a partir de fevereiro do ano que vem a dinâmica vai ser outra e o governo precisa se atentar muito nas negociações quanto ao próximo presidente, porque esse poder de pauta vai influenciar muito nos êxitos que o executivo nos próximos dois anos de Executivo", explica.

Sem confiança

A pesquisa demonstra também que o parlamento não tem confiança na promessa do governo de manter o déficit das contas públicas de 2024 zerado. Para 80% dos entrevistados, não será possível cumprir a meta, enquanto somente 16% acreditam na proposta apresentada pela equipe econômica.

Para cumprir a meta, o governo tem procurado pautar o Congresso com projetos para arrecadar mais impostos, temas esses que sofrem críticas dos parlamentares, principalmente de oposição, o que aumenta a percepção negativa na relação dos dois poderes.

STF reconhece existência de assédio judicial a jornalistas

Por Ana Paula Marques

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu de forma unânime, nesta quarta-feira (22), a inconstitucionalidade do uso de ações judiciais para intimidar a imprensa. Na prática, o alto volume de processos judiciais contra jornalistas em diversas varas deve ser considerado "assédio judicial".

Além disso, os ministros definiram que profissionais e veículos de imprensa só podem ser responsabilizados judicialmente caso não haja dúvida de que agiram de maneira intencional na publicação de uma notícia. O julgamento retomou duas ações diretas de inconstitucionalidade movidas pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). As ações questionam as inúmeras ações judiciais contra jornalistas para impedir a atuação dos órgãos de imprensa.

Todos os ministros da Suprema Corte aceitaram o pedido das associações, que foi movido em 2023 e no mesmo ano teve o voto de aceitação da então relatora Rosa Weber, hoje aposentada, e só foi retomado nessa terça. Todos os magistrados seguiram o entendimento do presidente do STF, o ministro Luis Roberto Barroso.

"Constitui assédio judicial a



STF reconhece ação coordenada contra imprensa

comprometedor da liberdade de expressão o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em comarcas diversas, com o intuito ou o efeito de constranger jornalista, ou órgão de imprensa, dificultar sua defesa ou torná-la excessivamente onerosa", sugeriu o ministro.

Na prática, a proposta sugere que quando o assédio ficar configurado, o jornalista pode pedir que todas as ações passem a ocorrer em um único lugar—na Justiça do local onde reside. Esta tese será uma orientação a ser aplicada em processos que tratam do tema em instâncias inferiores.

Os ministros também entenderam que, nos casos em que for identificado o assédio judicial a

jornalistas, os juízes que julgam os casos podem extinguir de maneira sumária o processo. Na prática, significa que o andamento de processos nos casos em que alguma empresa ou pessoa ação a jornalista ou o veículo com processos semelhantes em diferentes varas pode se tornar mais difícil.

A ministra Cármem Lúcia destacou que o trabalho da imprensa é protegido pela Constituição e que, na democracia, a Justiça não pode ser usada para tentar impedir o trabalho da imprensa livre.

Quando culpados

O ministro Barroso também propôs que jornalistas e veículos só podem ser responsabilizados

em caso de dolo ou culpa grave. Em seguida, o ministro Alexandre de Moraes sugeriu que o termo "culpa grave" fosse trocado por "negligência", entendimento acompanhado pelos ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Em sua argumentação, Moraes relembrou o "caso da Escola Base", episódio de uma denúncia equivocada de suposto abuso sexual em um colégio em São Paulo divulgada pela imprensa e que depois se comprovou não ser verdadeira. Para o ministro, seria difícil estabelecer o que seria uma "culpa grave" dos jornalistas. Porém, como não conseguiu número de entendimento o suficiente, ao final da sessão, a resolução manteve a definição de Barroso.

Exemplos

Os ministros defendem que episódios como a apresentação de 22 ações por magistrados com pedido de indenização contra repórteres do jornal Gazeta do Povo, que publicaram reportagem sobre supersalários do Paraná, sejam instintos.

As ações foram apresentadas em pelo menos 15 cidades em 2016, o que obrigou os cinco jornalistas que assinaram o material a viajarem por dias seguidos para as audiências. Em 2023, a Suprema Corte extinguiu essas ações por entender que houve assédio.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

José Cruz/Agência Brasil



Funcionários e professores aderiram à paralisação

Greve em universidades deve ser parcialmente encerrada

A greve em universidades e institutos federais deverá ser parcialmente encerrada na próxima segunda-feira, quando o Proifes-Federação, uma das entidades que representam professores, pretende assinar um acordo com o governo.

A mobilização deixou mais explícita a divisão na categoria. Outras três entidades, o Andes (sindicato nacional de professores

Nove estados

Neste caso, seriam retomadas atividades em instituições federais de nove estados: Maranhão, Pará, Sergipe, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Paraná. Duarte afirma ser "quase certo" que a proposta do governo seja aceita.



Greve na Escola Paulista de Medicina

Divergências refletem divisão dentro da esquerda

O racha entre entidades do magistério reflete uma divisão dentro da esquerda. Sindicato nacional, o Andes foi fundado em 1981 como associação e é ligado a posições mais radicais. Até 2023, era filiado à Conlutas, central sindical influenciada, principalmente, pelo PSTU. O Proifes nasceu em 2004 como uma federação de sindicatos que rejeitam o que classificam de postura centralizadora do Andes. As entidades do Proifes são, de um modo geral, filiada à CUT, Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT.

A briga já foi travada até na Justiça. O Andes tentou impedir que o Proifes representasse os professores federais.

Novo Familião

O Familião deverá ter mais uma versão este ano. No último dia 17, a D+V, empresa que produz a atração comandada por Luciano Huck, registrou o regulamento da nova etapa no Sistema de Controle de Promoção Comercial, do Ministério da Fazenda. Huck é sócio da iniciativa.

Limites

Hoje também o cliente pode ganhar um outro número. O novo regulamento deixa em aberto esse limite, já que o participante poderá acumular números de acordo com sua forma de compra. A assinatura simples do atual Familião custa R\$ 20 mensais.

Números

A nova edição do sorteio ampliará a possibilidade de um mesmo consumidor possuir os chamados "nímeros da sorte", que dão direito a participar de quatro sorteios de barras de ouro no valor de R\$ 1 milhão. Na versão atual, cada cliente pode comprar até seis números.

Lira com Lula

Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) terá um encontro hoje com o presidente Lula. Tentará acordo em torno da aprovação de cobrança de impostos sobre compras até US\$ 50 (R\$ 260) em sites estrangeiros. Lira é favor da taxação; o PT, contra: acha a medida impopular.